

AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE PROFESSOR E ALUNO EM SALA DE AULA

THE POWER RELATIONS BETWEEN TEACHER AND STUDENT IN HOME CLASS

Maria Odette de Pauli Bettega¹ - PUCPR
Stéphane Figueiredo Ferreira² - UFES

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender como se constituem as relações de poder entre professor e aluno em sala de aula nos últimos dez anos. O recorte histórico leva em consideração algumas mudanças na sociedade como o avanço tecnológico, a violência nas escolas, a constituição da família e as relações de trabalho. Com abordagem quali-quantitativa, a coleta de dados foi realizada por meio de questionário online, enviado através de rede social. A análise dos questionários apontou que mudanças ao longo de dez anos incidiram sobre a escola, como: acesso à informação por meio da internet e das redes sociais, a mudança estrutural nas famílias e questões relacionadas ao trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de poder; Autoridade; Professor; Aluno; Família

ABSTRACT

This article aims to understand how the teacher - student power relations in the classroom has been going on in the last ten years. The historical part thought, considers some changes in the society as the advance technology, the violence in school, the family constitution and the work relations. In order to get better results an online survey using the google forms tool was applied for the quali-quantitative approach. The database was applied in 2018. The analyses showed that some changes in the last ten years affect the education, such as: the access to information through the internet and social media, the family structure and work matters could be easily seen in the answers.

KEYWORDS: Power relations; Authority; Teacher; Student; Family

DOI: 10.21920/recei72020618534550

<http://dx.doi.org/10.21920/recei72020618534550>

¹Mestre em Educação (PUCPR). E-mail: mbettega02@terra.com.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8236-3838>.

²Mestranda em Comunicação e Territorialidades (UFES). E-mail: steph.figueiredo.f@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6304-8066>.

INTRODUÇÃO

Tempos atrás, o professor era detentor absoluto do saber e do poder, logo autoridade máxima em sala de aula. A indisciplina era corrigida com rigidez e permitia até punições físicas como a palmatória. Com o passar do tempo, já no século XX, esse tipo de punição foi perdendo força, apesar de ainda acontecer, mas com menos veemência. Os castigos morais, como ficar de pé por longo período, privação do horário de intervalo ou repetir frases de cunho moral, foram substituindo os castigos físicos. Mas, de acordo com Foucault (1987), antes de aplicar as punições, consequências do poder disciplinador, o professor deve procurar a recompensa, ganhando o coração do aluno (FOUCAULT, 1987). Na atualidade, os alunos não se comportam mais como antigamente e o controle dentro e fora da sala de aula é difícil. “A verdade é que a sociedade mudou, a família mudou e o aluno também mudou, mas a escola continua com seus modelos disciplinares de décadas atrás” (BETCHER, 2018, p. 4).

Independente da postura do professor há casos de indisciplina que extrapolam as brincadeiras, a ausência de participação das atividades e a provocação (FURLANI, 2004). São situações que geram violência e colocam o Brasil em posição desfavorável, pois de acordo com o levantamento de 2013, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram serem vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana” (TENENTE; FAJARDO, G1, 2017, s/p). Assim, muitos profissionais ficam temerosos pela própria vida e acabam abandonando a sala de aula. Outros, porém, permanecem no exercício da profissão e tentam se recriar e lidar com os desafios diários.

As relações de poder estão se modificando e a tecnologia é um dos fatores dessa mudança. Segundo Toffler (1998) há uma desintegração do estilo de poder antigo que atinge estruturas empresariais até salas de aula. Por isso, pensar em um ambiente democrático e criativo no espaço escolar pode ser um caminho para o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos, bem como constituir relações harmoniosas entre eles e o professor.

Desta forma, o presente artigo buscou compreender como se constituem as relações de poder entre professor e aluno na sala de aula nos últimos dez anos. Foi necessário, portanto, identificar conceitos sobre autoridade, poder e sua influência nas organizações. O período delimitado considera algumas mudanças na sociedade como o avanço tecnológico, a violência nas escolas, a constituição da família e as relações de trabalho. Como referenciais teóricos são utilizados Bauman (2013); Cortella (2000), Castells (2016), Foucault (1987); Furlani (2004), dentre outros autores. A mais, dados de institutos de pesquisa divulgados na grande mídia também contribuem com a análise. Com abordagem quali-quantitativa, a coleta de dados foi realizada por meio de questionário *online*, criado a partir da ferramenta formulários *google* e enviado através da rede social *Facebook* e do aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Foram 18 perguntas, sendo quatro fechadas e 14 abertas, com obtenção de 50 respostas. Do total, 44% dos entrevistados eram do Espírito Santo, mas há dados de outros estados da região sudeste, norte e sul do país.

O presente artigo não tem a pretensão de analisar todos os fatores sociais que possam ter influenciado nas relações de poder entre professor e aluno em sala de aula nos últimos dez anos, mas construir reflexões sobre alguns aspectos que fazem parte das mudanças na última década, como a tecnologia, a violência nas escolas, a família e as relações de trabalho.

RELAÇÕES DE PODER E AUTORIDADE

O poder se estabelece por meio de relações sociais e está presente nos lares, nas igrejas, nas escolas, nos governos e em todas as outras esferas sociais, pois sempre há quem exerce o poder e aquele sobre qual o poder é exercido. Para Foucault (2017, p. 274) o poder “se exerce” e “só existe em ação”; mais do que “manutenção e reprodução das relações econômicas”, o poder é “acima de tudo uma relação de força”. Segundo Arendt (2015, p. 247) “O poder não pode ser armazenado e mantido em reserva para casos de emergência, como os instrumentos da violência, mas só existe em sua efetivação”.

Não há como definir o poder em bom ou mau, pois quem o exerce tem sua base na influência nas ideias, no dinheiro ou ainda na força física, mas como ele será direcionado depende de quem o detém: “[...] quando pais e professores educam crianças, a mídia nos informa, os políticos nos governam, a polícia nos protege e os médicos nos curam – cada um com seus próprios recursos especiais” (VAN DIJK, 2012, p. 27).

Hoy e Miskel (2015) entendem que quem tem poder influencia no comportamento de outras pessoas. Os autores citam o trabalho de French e Raven (1968) que identificam cinco tipos de poder distribuídos em dois grandes conjuntos de cargos, o organizacional e o pessoal, conforme o quadro abaixo:

Quadro I: cinco tipos de poder – cargos organizacional e pessoal

Poder recompensador (Cargo organizacional):	Influencia por meio da recompensa do comportamento. Os professores agem de acordo com o que espera o diretor porque acreditam que serão recompensados. Exemplo: bolsas de capacitação. As tentativas de influência devem ser éticas, não podem se caracterizar assédio.
Poder coercitivo (Cargo organizacional):	Influencia pela punição de comportamentos inadequados. A força depende da gravidade e da probabilidade da punição não ser evitada. Exemplos: supervisão rigorosa, aplicação mais rígida de regras.
Poder legítimo (Cargo organizacional):	Influencia pelo cargo formal. O gestor tem autoridade dada pela organização para tomar decisões dentro da área de sua responsabilidade. Exemplo: Cobrar que as notas sejam lançadas dentro do prazo. Deve ser obedecida e não tem grandes razões contrárias.
Poder referente (Cargo pessoal):	Influencia pela simpatia e identificação. O gestor é admirado e respeitado e serve como modelo a ser seguido. A fonte reside na personalidade e na habilidade das relações interpessoais do indivíduo. Exemplo: Professor identifica-se com o coordenador e busca seguir o estilo de liderança.
Poder perito (Cargo Pessoal):	Influencia pela habilidade e conhecimento especializado. O referente está ligado às características pessoais e não ao cargo. É um saber legitimado que o subordinado não tem e acredita que o seu subordinador possui. Exemplo: Diretores ou professores novatos demonstram suas habilidades e conhecimentos.

Fonte: Elaborado pelas autoras

A autoridade e a hierarquia andam juntas e estão relacionadas com o poder. Segundo Hoy e Miskel (2015, p. 208) “as relações de autoridade são parte integrante da vida nas escolas”. Para Silva (2001, p. 126) “autoridade e hierarquia são questões sempre presentes nas discussões

e conflitos cotidianos da organização escolar”. Em uma organização, a autoridade é proveniente das regras e das posições distribuídas hierarquicamente e seria o poder considerado legítimo (SILVA, 2001). Há, assim, uma relação de subordinação do aluno para com o professor e deste para com outras instâncias hierárquicas as quais precisa se submeter.

De acordo com Furlani (2004), quando a autoridade é consequência da posição hierárquica, está respaldada por lei, mas não necessariamente seu portador demonstra qualidades para exercê-la. Quando é baseada na pessoa, leva em consideração a liderança do professor e busca uma sala de aula mais democrática em que as posições dele e do aluno não sejam tão discrepantes, pois seu exercício requer respeito mútuo à diferença.

Furlani (2004) faz distinção entre quatro tipos de professor. De forma sucinta, o ‘professor informador’ transmite a informação e o aluno é receptor e passivo; a finalidade é memorizar, não estimular o senso crítico. O ‘professor didata’ ensina e reaprende e busca verificar se o que foi passado foi aprendido ao invés de memorizado; o aluno é ativo e crítico. Já o ‘professor controlador’ valoriza os métodos disciplinares e punitivos como suspensão, ocorrência, frequência e pontualidade. Dá mais atenção para o fracasso do aluno. E o ‘professor facilitador’ valoriza as conquistas dos alunos, proporciona mais liberdade e participação deles, que por sua vez devem saber respeitar os limites da liberdade em sala de aula, saber questionar e se esforçar para cumprir metas e prazos e auxiliar colegas.

Para Hoy e Miskel (2015) há autores que também distinguem autoridade formal de informal. A primeira é baseada no cargo e nas competências. Quando se entra em um sistema escolar como funcionário ou aluno se aceita a autoridade formal. A segunda é baseada na lealdade e apoio aos colegas. “Com efeito, é a posse das duas autoridades – a formal e a informal – que distingue os líderes formais de autoridades e líderes informais” (HOY; MISKEL, 2015, p. 210).

A TECNOLOGIA

Para Castells (2012, p. 287), “a internet é o meio organizativo de nossas sociedades”. Sua ascensão e a popularização de redes sociais como *twitter*, *orkut*, *facebook* e do buscador *google*, principalmente, depois dos anos 2000, e dos *smartphones*, depois de 2010, impactaram diretamente na maneira como as pessoas se relacionam. Os alunos, por exemplo, podem confirmar ou confrontar o conteúdo passado pelo professor no mesmo instante em que ele ensina, pois não chegam mais em sala de aula esperando a transmissão de informação inquestionável de alguém que poderia ser caracterizado ora como missionário ora como doutrinador comandado pelas elites (CORTELLA, 2000). Por outro lado, a facilidade e rapidez de encontrar respostas prontas e superficiais (BAUMAN, 2013), não favorecem o aprendizado aprofundado.

A tecnologia pode ser usada em prol da educação, mas esse novo ambiente de informação e conhecimento pode gerar insegurança no professor que precisa considerar uma bagagem de saberes dos alunos e levar em consideração as características sociais e individuais dos mesmos. Segundo Libâneo, em entrevista ao Sindicato dos Professores no Estado de São Paulo (SINPRO-SP, 2010), a função específica da escola é ensinar:

[...] e hoje, ensinar significa ajudar os alunos a desenvolverem as suas capacidades intelectuais. A sua capacidade reflexiva em face da complexidade do mundo moderno, em face da influência forte das mídias especialmente da

televisão e em face de todo um conjunto de problemas sociais que estão afetando a juventude, a escola precisa manter essa característica de ensinar.

O autor aponta para um caminho de mentoria e de orientação e não de autoritarismo, como no passado. É importante buscar formas de contribuir com o aluno e estar atento às dificuldades que podem se apresentar em formas de indisciplina e mesmo assim manter o respeito e a ordem, pois a sala de aula permanece como um espaço de poder.

A FAMÍLIA E O TRABALHO NO SÉCULO XIX

Segundo a Constituição Federal de 1988, a família é a base da sociedade e se constitui pelos laços de consanguinidade. O que antes era uma união aprovada pela sociedade, formalizada pelo divino e pela justiça, na qual seus autores tinham papéis e responsabilidades claramente definidos, passou por transformações.

No século XX, por volta de 1960, surge, por fim, a família contemporânea ou dita pós-moderna, em que os vínculos fundamentam-se no amor e no prazer e cuja duração é relativa, ou seja, os vínculos duram enquanto durar o amor e o prazer. Consequentemente, a transmissão das responsabilidades, valores e da autoridade torna-se complicada. Na medida em que as separações e os divórcios acontecem, abrem-se possibilidades para novas composições familiares (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012, p. 2).

O processo de urbanização, industrialismo (e pós-industrialismo) e ascensão da mulher no mercado de trabalho são fatores que colaboraram para essas alterações. Segundo Castells (2016) há mudanças no mecanismo de trabalho que são crescentes e quem não se adaptar pode ter problemas de colocação no mercado.

O autor³ denomina mão de obra autoprogramável e mão de obra genérica. A primeira é aquela que tem a capacidade de focar na demanda, usando a informação e o conhecimento para atendê-la. É um processo intelectual e de constante conhecimento que torna o indivíduo empregável. Já a segunda está relacionada com as tarefas manuais que estão cada vez mais sendo substituída pelas máquinas e obedece a lógica de custo/benefício. É o indivíduo que não se qualifica, não segue as mudanças e sabe desempenhar apenas uma função.

Assim, é preciso ser empregável, pois a estabilidade não se encontra mais no cargo e sim na pessoa. É importante refletir que o mercado exige mais qualificação e que há também nos últimos dez anos uma ascendente falta de emprego. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), a **população desocupada** (13,4 milhões) cresceu 10,2% (mais 1,2 milhão de pessoas) frente ao trimestre de outubro a dezembro de 2018 (12,2 milhões)⁴ (IBGE, 2019).

Há, ainda, a geração dos jovens que não estudam e nem trabalham, conhecida como 'nem-nem', com razões diferentes para tal situação⁵. É a escola pública sem qualidade e sem atrativo para eles, a falta de estrutura familiar em classes de baixa renda e a dificuldade de se manter empregado pela baixa qualificação (THIMOTEO, 2013).

³Para Castells, essa divisão está ligada a força de trabalho feminina. Numa sociedade ainda considerada como patriarcal, as mulheres assumem demandas no seu ambiente de trabalho e acumulam com as responsabilidades domésticas.

⁴PNAD contínua: taxa de desocupação é de 12,7% e taxa de subutilização é de 25,0% no trimestre encerrado em março de 2019.

⁵Geração nem lá, nem cá.

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

A violência é um fato social, portanto está presente em diversas sociedades e pode se manifestar de várias formas que afetam o estado psicológico ou físico da vítima, por exemplo. Para Foucault (2017), a violência é uma das manifestações de poder. O tema pode ser destrinchado pelos campos da sociologia, da filosofia e até mesmo da psicanálise, pois a violência é histórica.

No âmbito educacional, no Brasil, Paulo e Almeida (2015) trazem, no livro ‘Violência e Escola: escuta de professores e análise das práticas profissionais de orientação psicanalítica’, um apanhado de pesquisas desenvolvidas no início do século XXI que buscavam compreender o fenômeno da violência em expansão nas escolas. Entre elas, apresenta pesquisa realizada em 14 capitais (incluindo o Espírito Santo), com os resultados reunidos no livro ‘Violência nas escolas’ (2002), de Mirian Abramovay e Maria das Graças Ruas. De maneira geral, as pesquisas apontavam os argumentos dos profissionais de educação e dos alunos para determinadas atitudes em sala de aula, como agressões verbais e físicas e humilhações que eles disseram ter sofrido. (PAULO; ALMEIDA, 2015).

De acordo com a reportagem do site Senado Notícias, pesquisadores apontam o reflexo da violência nas escolas e que é preciso valorizar os profissionais e integrar escola e comunidade para combater a situação. “O aluno não vê sentido em estar ali. Ainda há o descaso dos profissionais da educação [...]. O elemento-chave para diminuir a violência contra os professores é a interação com a comunidade, na visão da pesquisadora” (BÖHM, 2017, s/p). Em novembro de 2017, ‘violência nas escolas públicas’ foi o tema de uma audiência pública da comissão de educação da Câmara dos deputados, na qual especialistas alertaram para o aumento da violência nas escolas (BRASIL, 2017).

Há muitas pesquisas sobre o tema, o que mostra a relevância do assunto para a sociedade. Pode-se considerar ainda que na escola se reproduz os comportamentos sociais exteriores a ela e não bastam ações punitivas para que o ambiente escolar seja saudável. Da mesma forma, não bastam boas relações entre professores e alunos para solucionar o problema.

METODOLOGIA

Além da pesquisa bibliográfica para a compreensão e desenvolvimento do tema proposto, a coleta de dados foi realizada por meio de um questionário⁶ *online*, com 18 perguntas, sendo quatro fechadas e 14 abertas, construído através da ferramenta ‘formulários *google*’, compartilhado na rede social *facebook*⁷ e no aplicativo de mensagens *whatsapp*⁸ no perfil particular e em grupos de professores. A pesquisa foi realizada de 15 de outubro a 27 de novembro de 2018 com 50 professores. Esse instrumento de coleta deixa claro o caráter da pesquisa e atenção quanto às respostas e não há auxílio ou a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Os resultados abaixo foram tabulados e representados por gráficos do *Excel*. Como as perguntas abertas permitem ao participante usar linguagem própria e expressão da opinião

⁶Link: Questionário - Artigo "As relações de poder entre professor e aluno em sala de aula" / Link PDF: Questionário - Artigo "As Relações de poder entre professor e aluno em sala de aula"

⁷ Link: Questionário compartilhado no *Facebook*

⁸ Link: Questionário compartilhado no *WhatsApp*

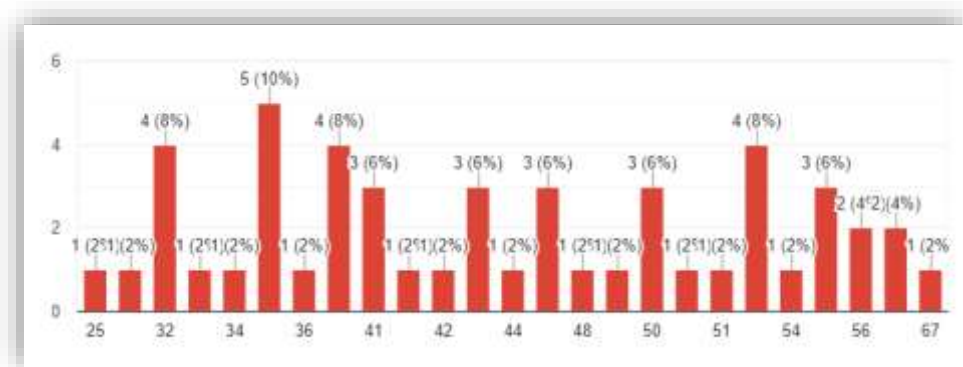
⁹ Os principais estão neste artigo.

(MARCONI; LAKATOS, 2003), foram selecionadas algumas respostas que chamaram a atenção pela argumentação ou porque remetem à família, trabalho e tecnologia, temas abordados sucintamente nesse artigo. Para representar visualmente, foram excluídos alguns termos (preposições, artigos, pronomes possessivo e relativo) como: que, o(s), a(s) de, e, se, com, como, é, por, para, pra, pro, no, na(s), pelo(s), pela(s), ou, em, uma(s), um(s), seu(s), sua(s), entre outros. Foi ainda utilizada a nuvem de *tags*¹⁰, que facilita a identificação das palavras mais usadas como: professor, autoridade, hierarquia, poder, respeito, entre outras.

RESULTADOS

Os participantes do questionário têm entre 25 e 67 anos e são de várias regiões do país. 44% são do Espírito Santo, 14% são de Minas Gerais e 12% do Rio de Janeiro. Da área de formação, 62% são das ciências humanas, seguido por 18% das ciências exatas, 14% biológicas/saúde, sendo que 6% não responderam o tópico. Metade dos participantes tem pós-graduação/especialização *latu sensu*, 24% ensino superior completo e 20% tem mestrado. Desses, a maioria já atuou nos ensinos fundamental e médio. Sobre o tempo de atuação em sala de aula, 48% têm até 10 anos de experiência, 46% têm de 11 a 30 anos de experiência. A região de atuação predominante é o estado do Espírito Santo (49%), seguido do Pará (15%), Minas Gerais (13%) e Rio de Janeiro (9%).

Gráfico 1 - Faixa etária



Fonte: ferramenta formulários *google*

Tabela 1- Área de formação

Opção	Humanas	Exatas	Biológicas/Saúde	N/A	
Frequência	31	9	7	3	50
%	62%	18%	14%	6%	100%

Fonte: elaborado pelas autoras

¹⁰ 'Nuvem de tags' ou 'nuvem de palavras' apresenta itens de forma hierarquizada visualmente. Site para produzir a nuvem de tags: Voyant Tools que é um aplicativo para executar a análise de texto.

Tabela 2 - Grau de escolaridade

Opção	Superior Incompleto	Superior Completo	Pós-Graduação/Especialização	Mestrado	Doutorado/PhD	Pós-Doutorado	
Frequência	1	12	25	10	1	1	50
%	2%	24%	50%	20%	2%	2%	100%

Fonte: elaborado pelas autoras

Tabela 3 - Níveis de atuação

Opção	Fundamental	Médio	Técnico	Superior	
%	33%	32%	18%	18%	100%

Fonte: elaborado pelas autoras

Tabela 4 - Quais Estados já atuou

Opção	Amazonas	Bahia	Espírito Santo	Minas Gerais	Pará	Rio de Janeiro	São Paulo	N/A	
%	4%	2%	49%	13%	15%	9%	4%	4%	100%

Fonte: elaborado pelas autoras

Mais de 85% já atuam no ensino privado e 68% no ensino público. 58% deles disseram que perceberam diferença entre os dois sistemas de ensino.

Tabela 5 - Atuação no ensino privado e no ensino público. Cite e comente as principais

Atuou no ensino privado?			Atuou no ensino público?		
Sim	44	88%	Sim	34	68%
Não	4	8%	Não	13	26%
Outros	2	4%	Outros	3	6%
	50	100%		50	100%

Fonte: elaborado pelas autoras

Alguns dos fatores que diferenciam os discentes são a abstenção da família na vida escolar e suas questões estruturais, desrespeito com o professor e falta de perspectiva dos alunos da rede pública e visão do docente como empregado no caso dos alunos de escolas particulares.

Resposta 7: “Falta de respeito, desinteresse. Muitos alunos, seja qualquer tipo de escola, estão tendo comportamentos inadequados, além da falta de interesse pelos estudos. Faz muita falta o acompanhamento sistemático dos pais”.

Resposta 14: “Nas escolas públicas em que trabalhei as crianças passavam por muitas dificuldades em casa, famílias desestruturadas, convívio com pais viciados em bebidas, drogas, famílias de baixa renda. Tudo isso fazia com que o rendimento e a agressividade fossem visíveis, exigindo mais atenção, carinho e dinamismo por parte do professor. Na escola particular temos alunos com a família mais presente, mas também deparamos com muitas crianças com laudos de TDAH, pais separados e outros casos que também requer muita dedicação do professor”.

Resposta 32: “Sim. É diferente a visão dos alunos sobre o professor. O aluno da rede particular muitas vezes nos enxerga como empregados a seu serviço. Mas é muito semelhante a questão de que a indisciplina está ligada a defasagens nas relações familiares”.

Os entrevistados responderam que os níveis mais difíceis de trabalhar são o fundamental (35%) e o médio (29%). Os motivos são que alunos nessa faixa etária estão passando por mudanças hormonais e questionam tudo, ou porque precisam desenvolver atividades mais interativas com eles.

Tabela 6 - Pensando nas relações de poder em sala de aula: em sua opinião, qual dos níveis de ensino é mais difícil de trabalhar e por quê?

Opção	Fundamental	Médio	Técnico	Superior	N/A	
%	35%	29%	5%	15%	16%	100%

Fonte: elaborado pelas autoras

Resposta 5: “maturidade dos alunos e questões hormonais, assim como maior facilidade de serem influenciáveis” (Ensino Fundamental).

Resposta 25: “Fundamental. Principalmente nas séries iniciais. Não diria difícil, mas sim trabalhoso, pelo fato de interagir e mediar com mais intensidade. Planejar com materiais concretos, trabalhar com projetos ao invés de livro”. (Ensino Fundamental).

Resposta 15: “Ensino médio, devido ser uma fase de conflitos emocionais e querer ser donos da razão, sentem-se injustiçados em qualquer situação”. (Ensino Médio).

86% dos professores que atuam em sala de aula já perceberam indisciplina por parte dos alunos e 74% disseram que o comportamento está diferente de dez anos atrás. De acordo com a resposta, a falta de participação da família - que deixa toda responsabilidade da educação para a escola - e a tecnologia influenciaram nessa mudança. Assim como a falta de reconhecimento da autoridade do professor, a desvalorização da profissão e o despreparo para atuar em sala de aula.

Resposta 3: “A indisciplina aumentou muito nos últimos 15 anos, a ponto de ficar insuportável e de deixar inúmeros profissionais de atestado médico psicológico. O principal problema é a falta de orientação da família. Ela não acompanha mais os filhos e acha que essa responsabilidade é do professor”.

Resposta 12: “Respostas ofensivas ao professor, quando contrariados querem discutir. Tive alunos que rasgaram provas, jogaram cadeiras no chão”.

Resposta 28: “Sim. Vi que os alunos veem o professor como alguém que deve servir o tempo inteiro e dar as respostas prontas e não fazê-los pensar. A indisciplina vem também quando os alunos não entendem a autoridade do professor, ou ao menos tem respeito pelo mesmo”.

Resposta 40: “Nos primeiros anos tive que aprender a ser professora com os erros do dia a dia. Decisões difíceis que devem ser tomadas em situações muito adversas. Nem sempre a solução era a devidamente correta. Fui desacatada na rede pública, por diversas vezes, por alunos, que carregavam sérios problemas, como doença na família, pais no sistema prisional, falta de estrutura residencial, destrato por parte de familiares. Demorei a perceber que eu ou a minha disciplina (matemática) não eram os problemas da vida dos alunos. Havia situações de risco para a vida deles, e a escola, acredito, era o lugar de extravasar, não de receber atividades ou trabalhos”.

Resposta 9: “Os professores da rede pública estão acuados pela violência que invade a sala de aula, e não tem o poder público pode protegê-los ali ou na rua. Os da rede privada estão acuados pela direção de suas escolas, que priorizam mensalidades, e tudo fazem para não desagradar os pais. Os pais, por sua vez, esperam que a escola eduque seus filhos, mas sua vaidade os impede de admitir que eles mesmos ou suas crias estejam errados”.

Resposta 20: “A família delega a educação a escola e, agora, às redes sociais e aos jogos eletrônicos; ao próprio sistema educacional que não cobra disciplina e responsabilidade sobre a própria aprendizagem; e as políticas públicas que são quase nulas no que diz respeito à oferta de lazer, esporte e saúde de qualidades”.

Resposta 21: “Os fatores sociais são os principais, em minha opinião. Como falei anteriormente, a família perdeu o controle de educar seus filhos, delegando essa tarefa para a escola e a TV, sendo que esta última entra nas casas da maioria das famílias (pobres e ricos) sem nenhum critério de controle. Passam assim a ditar os valores que as novelas, filmes, desenhos animados, *reality shows* passam (consumismo, maturidade precoce...)”.

Resposta 27: “Desemprego e relações familiares”.

Resposta 28: “Acho que independentemente de fatores externos, sempre houve indisciplina, mas o que mais alterou foi a cultura da tecnologia, tanto por parte dos alunos, quanto dos professores. A tecnologia pode ser uma ferramenta boa ou ruim, de acordo com seus usos”.

Resposta 35: “Falta de educação, que vem do âmbito familiar, a pseudoliberalidade que é imputada na mídia e nas redes sociais, que pode fazer o que quiser e, se for contrário, torna-se um ‘fóbico’ qualquer”.

Resposta 43: “Acredito o social como mais importante quando a mulher partiu para o mercado de trabalho. Isto desagregou o núcleo familiar”.

Figura 2 - Outros fatores que possam ter influenciado na relação professor/aluno



Resposta 1: “Acesso a informação facilitado por conta das novas tecnologias”.

Resposta 7: “Professor não dominar o conteúdo, não saber como conter a indisciplina”.

Resposta 8: “A falta de reconhecimento dos profissionais da escola e consciência de classe que carece nos alunos em geral, produzindo desacatos e desrespeitos, porque alguns tipos de alunos não se enxergam como um semelhante dos demais: trabalhadores e colegas”.

Resposta 23: “dispositivos móveis, faz com que a participação de alunos na sala de aula diminua bastante”.

Resposta 38: “O aluno achar que tem poder sobre o professor”.

Resposta 43: “O professor do passado era tratado como um conhecedor, e tinha que ser mesmo, estudando lendo etc. Com o advento da *internet* todos se julgam conhecedores”.

Resposta 49: “Desvalorização da carreira, que leva ao desrespeito; falta de estrutura e consciência familiar no processo e falta de limites por partes dos professores e alunos e um ambiente escolar voltado para a aprendizagem e convívio. Pontuo ainda o quadro político que passa o Brasil, que certamente afeta o convívio, principalmente em uma sociedade que não foi preparada para conviver com as diferenças sociais, religiosas, políticas etc”.

Os participantes responderam ainda sobre como acreditam que deva ser o exercício de poder em sala de aula. Apesar de ter aparecido o termo ‘militar’, destaca na nuvem de *tags* os termos autoridade, respeito, poder, conhecimento, educação, aprendizagem, denotando que o exercício de poder deve ser com respeito pelo saber do professor e pelo papel do mesmo.

Figura 3 - Como deve ser o exercício de poder em sala de aula



Resposta 3: “Acredito muito no modelo de escolas militares”.

Resposta 16: “Respeitosa, sem ultrapassar os limites tais quais variam de turma para turma. Professor transmite conhecimento e educação, não deve impor nada”.

Resposta 32: “Por meio da negociação, educação e cordialidade. Os jovens são inteligentes e quando percebem que o professor está ‘forçando uma autoridade rígida’, eles não cooperam. Fora que o exemplo sempre será a melhor forma de educar”.

Resposta 34: “Autoridade e não autoritarismo, com diálogo e respeito mútuo”.

Por ensino democrático em sala de aula novamente o respeito se destaca, além das palavras participação, conhecimento, diálogo, ideia, conteúdo. A última pergunta trata sobre o entendimento do professor do que é relação de poder entre professor e aluno. Os termos que aparecem são relação, respeito, autoridade, conhecimento, hierarquia, entre outros. Alguns professores aparentam não gostar da palavra ‘poder’ e preferiram se remeter a autoridade.

Figura 4- Entendimento sobre ensino democrático



Resposta 3: “Não funciona. O professor tem obrigação de ensinar o conteúdo e o aluno a obrigação de absorver. Se deixar pela vontade dos alunos ou se pedir a opinião deles, eles só querem ficar de braços cruzados, ouvindo música no fone de ouvido, fazendo baderna, sem fazer atividades propostas depois da explicação do conteúdo”.

Resposta 24: “Um ensino não que perceba as diferentes formas de aprendizagem do aluno e oportunize que cada um vivencie o conteúdo de acordo com sua melhor forma de aprendizagem (alguns são mais da experiência prática, outros da teoria, etc)”.

Resposta 36: “É algo que não funciona. Sem respeito, o aluno usa sua voz para agredir, não para participar da construção do conhecimento”.

Resposta 41: “Onde todos perguntam e respondem. Onde todos aprendem com todos. Onde há cumplicidade, respeito e afeto”.

Resposta 50: “Quando existe a participação de todos e o respeito as ideias e diversidade”.

Figura 5 - Entendimento sobre relações de poder entre professor e aluno em sala de aula



Resposta 21: O professor deve ser um facilitador no processo de aprendizagem.

Resposta 42: São as relações que irão determinar como o processo de ensino-aprendizagem será conduzido.

Resposta 9: na relação de interdependência, uma busca por harmonia, uma parceria e uma troca, onde o professor se beneficia do frescor de cada turma, e a turma ganha com a experiência do professor. Fundamentalmente, é uma relação de respeito mútuo.

Resposta 18: O professor, por ter conhecimento e domínio da matéria, deveria dar asas aos seus alunos, a poder imaginar melhor cada dúvida dentro daquela matéria abordada.

Resposta 36: Não deve haver poder, e sim educação e respeito. Esses dias vi uma tirinha nas redes sociais onde mostrava um casal com seu filho em 2007... A criança havia tirado uma nota ruim na prova. Os pais questionavam o filho pela nota. Em 2017 os pais questionavam o professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os estudos realizados, com a análise do questionário, ficou evidente que mudanças ocorreram ao longo de dez anos. Se ainda não for possível afirmar mais, tendo em vista que um dos questionários respondidos dizia que a mudança pode ser notada ao longo de 15 anos.

O acesso à informação por meio da *internet* e das redes sociais, a mudança estrutural nas famílias e questões relacionadas ao trabalho como o desemprego puderam ser observados claramente nas respostas dos questionários. Não quer dizer que a tecnologia ou a ascensão da mulher ao mercado de trabalho, por exemplo, são vilões dessa nova realidade. Parece na verdade, que a gestão escolar anda em um ritmo, o professor em outro, e ambos não conseguem acompanhar as mudanças sociais.

Muito citado na pesquisa, o adolescente e/ou jovem atual tem mais liberdade e autonomia. Existe também falta de respeito decorrente do descrédito no professor ou, em si mesmo, quando é de ensino público, ou ainda entende que o docente é seu funcionário e está lá para fazê-lo passar no vestibular ou conseguir um diploma, no caso do ensino particular.

Assim, fatores como desvalorização profissional e do papel do professor, falta de preparo para estar em sala de aula e por consequência indisciplinas que chegam à violência foram apontados. Temas esses, abordados sucintamente para construir esse artigo, também foram destaque na mídia nacional, em 2019, como a entrevista na *GloboNews* com a socióloga Miriam Abramovay e com a doutora em educação Neide Noffs.

Destaca-se ainda que houve dificuldade perceptível de lidar com o termo ‘poder’ e suas relações. Alguns participantes preferiram não usar ‘poder’ e trocaram por ‘autoridade’, por exemplo. Mas, é importante ressaltar que as relações de poder estão presentes em todos os ambientes sociais, assim na sala de aula há exercício de poder que pode ser representado pela autoridade do professor, por meio do discurso e das relações interpessoais. Em algumas respostas, ficou claro ainda que o aluno esteja empoderado demais e isso prejudica o controle do professor, quando não gera problemas mais graves.

De modo geral, palavras como ‘respeito’, ‘diálogo’, ‘participação’, ‘amizade’, ‘direito’, ‘conhecimento’, ‘hierarquia’, ‘autoridade’, ‘relações de confiança’, entre outras, ao longo dessa pesquisa, denotam que o professor não quer mais se comportar como um ditador, mas deseja que o conhecimento, assim como seu trabalho, seja valorizado pelas instituições, pelas famílias e pelos alunos. As relações de poder entre professor e aluno é um tema atual e os conflitos práticos são observados constantemente na grande mídia em vários estados do país.

De acordo com o que foram apontadas nesse trabalho, as análises parecem sugerir para uma reforma educacional que atualize o sistema escolar e a valorização do conhecimento, bem como do profissional de educação. A pesquisa realizada ainda pode ser ampliada e avaliada de outras maneiras, contribuindo para tentar entender os cenários atuais e contribuir na geração de respostas práticas e aplicáveis na educação brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. O poder e o espaço da aparência. In: **A condição humana**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Sobre educação e juventude**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BETCHER, Cleber Nazário. A Indisciplina Escolar. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, Ed. 03, Vol. 02, p. 60-70, março de 2018. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/a-indisciplina-escolar>>. Acesso em 15 de julho de 2018.
- BÖHM, Thais. Senado Federal. **Violência nas escolas não é caso de polícia, afirmam especialistas**. 17 out. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/violencia-nas-escolas-nao-e-caso-de-policia-afirmam-especialistas/violencia-nas-escolas-nao-e-caso-de-policia-afirmam-especialistas>>. Acesso em: 23 de outubro de 2018.
- BRASIL, Emanuelle. Agência Câmara Federal. **Especialistas alertam para aumento da violência nas escolas públicas**. 23 nov. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/educacao-e-cultura/549652-especialistas-alertam-para-aumento-da-violencia-nas-escolas-publicas.html>>. Acesso em: 23 de outubro de 2018.
- CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- CASTELLS, Manuel. O poder na sociedade em rede e a comunicação na era digital. In: **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- CORTELLA, Mario Sérgio. Conhecimento Escolar: epistemologia e política. In: **A escola e o conhecimento**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- DIJK. Teun A. Van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 12ª Ed. - Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In: **Microfísica do poder**. 6ª Ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FURLANI, Lúcia M. Teixeira. **Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso?**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GLOBO NEWS. **Especialistas discutem violência nas escolas.** 28 nov. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/especialistas-discutem-sobre-violencia-nas-escolas/7166330/>>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

HOY, Wayne K. MISKEL, Cecil G. **Administração Educacional.** Teoria, pesquisa e prática. 9^o Edição. São Paulo: Penso, 2015.

IBGE. Agência de Notícias. **PNAD Contínua:** taxa de desocupação é de 12,7% e taxa de subutilização é de 25,0% no trimestre encerrado em março de 2019. 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24284-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-7-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-25-0-no-trimestre-encerrado-em-marco-de-2019>>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo; Editora Atlas S. A. 2003.

PATAH, Rodrigo. Mind Miners. **O boom dos smartphones e seu impacto no comportamento do consumidor.** 23 fev. 2018. Disponível em: <<https://mindminers.com/consumo/pesquisa-mobile>>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

PAULO, Thais Sarmanho. ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. **Violência e Escola.** Escuta de professores e análise das práticas profissionais, de orientação psicanalítica. Brasília: Líber, 2015. (pág. 19 - 21; pág. 75 - 87 e pág. 170 - 175). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002454/245436POR.pdf>> Acesso em: 23 de outubro de 2018.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e. **Cultura Escolar, autoridade, hierarquia e participação:** alguns elementos para reflexão. Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro. Cadernos de Pesquisa, n^o 112, mp, 1 maio/2001.

SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe. HASHIMOTO, Francisco. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. **Revista Vozes dos Vales.** N^o. 02. Ano I. Out./2012. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Mulher-mercado-de-trabalho-e-as-configura%C3%A7%C3%B5es-familiares-do-s%C3%A9culo-XX_fatima.pdf>. Acesso em 23 de outubro de 2018.

TENENTE, Luisa. FAJARDO, Vanessa. G1. **Brasil é #1 no ranking da violência contra professores:** entenda os dados e o que se sabe sobre o tema. 22 ago 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contraprofessores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml>>. Acesso em 30 de setembro de 2018.

THIMOTEO, Thais. Geração nem lá, nem cá. Fundação Getúlio Vargas (FGV). **Revista Conjuntura Econômica.** V.67, n.9, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/21249/19997>>. Acesso em: 23 de outubro de 2018.

TOFFLER, Alvin. A Era do Powershift. In: **Powershift. As mudanças do poder**. 5° Ed. - Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

YOUTUBE. **Função da Escola por Libâneo**. 14 out. 2010. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=6kk__FXVwC0>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

Submetido em: maio de 2020

Aprovado em: outubro de 2020